

Possibilidades teórico-metodológicas para análises das políticas educacionais em diferentes contextos: como as escolas fazem as políticas

Theoretical and methodological possibilities for analysis of educational policies in different contexts: how schools make policies

Posibilidades teóricas y metodológicas para el análisis de políticas educativas en diferentes contextos: cómo las escuelas hacen políticas

Recebido: 25/09/2020 | Revisado: 26/09/2020 | Aceito: 05/10/2020 | Publicado: 06/10/2020

Elias Bezerra de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0855-4919>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

E-mail: eliasdesouza.bezerra@gmail.com

elias.bezerra@ifam.edu.br

Eliane Regina Martins Batista

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6018-7140>

Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente /Universidade Federal do Amazonas, Brasil

E-mail: eliane_rm@ufam.edu.br

anne_tista@hotmail.com

Resumo

As políticas educacionais vêm sendo objeto de constantes estudos e investigações há muito tempo, contudo há determinadas opções teóricas e metodológicas que nem sempre privilegiam diferentes contextos produtores e mobilizadores de políticas educacionais, a exemplo de professores e alunos em diferentes instituições escolares. E esse olhar é privilegiado por Ball, Maguirre e Braun no livro *Como as escolas fazem as políticas*, com análise rica e sustentada na perspectiva pós-estruturalista, o qual avança para além de críticas que focalizam o olhar em processos centralizadores, estatais e fixos, demonstrando que há diferentes sujeitos que as encenam e as traduzem para contextos escolares distintos, evidenciando não apenas as relações de força/poder das políticas de comportamento, mas também identificando os embates e a influência de artefatos e microtecnologias de políticas nas escolas secundárias. Portanto, neste artigo objetiva-se apresentar a resenha desta obra que

vem contribuindo com as pesquisas na área de políticas educacionais e curriculares em diferentes países.

Palavras-chave: Atuações políticas; Instituições escolares; Sujeitos da política.

Abstract

Educational policies have been the subject of constant studies and investigations for a long time, however there are certain theoretical and methodological options that do not always favor different contexts that produce and mobilize educational policies, such as teachers and students in different school institutions. And this view is privileged by Ball, Maguirre and Braun in the book *Como as escolas fazem políticas* (How Schools Make Policies), with a rich analysis and sustained in the post-structuralist perspective, advances beyond criticisms that focus on centralizing, state and fixed processes, demonstrating that there are different subjects who act them out and translate them into different school contexts, showing not only the force / power relationships of behavioral policies, but also, identifying the clashes and the influence of policy artifacts and microtechnologies in secondary schools. Therefore, this paper aims to present the review of this work which has contributed with the research in the area of educational and curricular policies in different countries.

Keywords: Political activities; School institutions; Policy subjects.

Résumen

Las políticas educativas han sido objeto de constantes estudios e investigaciones desde hace mucho tiempo, sin embargo existen ciertas opciones teóricas y metodológicas que ni siempre favorecen diferentes contextos productores y movilizadores de políticas educativas, a ejemplo de docentes y estudiantes en diferentes instituciones escolares. Y esta mirada es privilegiada por Ball, Maguirre y Braun en el libro *Como as escolas fazem as políticas* (Cómo las escuelas hacen las políticas), con un análisis rico y sostenido en la perspectiva postestructuralista, avanza más allá de las críticas que se enfocan en los procesos centralizadores, estatales y fijos, demostrando que hay diferentes sujetos que los representan y los traducen a diferentes contextos escolares, mostrando no solo las relaciones fuerza / poder de las políticas de comportamiento, sino también identificando los choques y la influencia de los artefactos políticos y las microtecnologías en las escuelas secundarias. Por tanto, este artículo tiene como objetivo presentar la revisión de este trabajo que ha contribuido a la investigación en el área de las políticas educativas y curriculares en diferentes países.

Palabras-clave: Actividades políticas; Instituciones escolares; Temas de política.

1. Introdução

A obra resenhada é uma tradução do título em inglês: *How schools do policy: Policy enactments in secondary schools*, publicada em 2012 pela editora Routledge. Os autores são Stephen J. Ball, Meg Maguire e Anette Braun, os quais são professores de Sociologia da Educação e pesquisadores das políticas educacionais no Instituto de Educação da Universidade, com exceção de Maguire que trabalha no King's College de Londres, Reino Unido.

Ao se reportarem ao contexto de 2012, os autores mencionam a busca para elevar os índices dos padrões de rendimento nas escolas e por intermédio do desenvolvimento de reformas educacionais, relatam que “[...] *Em resposta a isso, grande atenção tem sido dada para avaliar ‘quão bem’ as políticas são realizadas na prática – implementadas*” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, texto da contracapa).

Essa citação vem referenciar as tentativas internacionais dos últimos anos para mudar os padrões educacionais, gerando um estado de constante busca por mudanças que careciam de sua suposta “implementação” nas escolas. Todavia, isso é refutado no texto, já que os autores têm como premissa a necessidade de erradicação do que definem como binário enganoso da relação apartada da política e de sua prática. Por isso, tentam mostrar como as escolas e professores fazem “política na prática” a partir de fundamentos sólidos, baseando-se em uma perspectiva pós-estruturalista e em teorias críticas do discurso, especialmente Michel Foucault.

Dizemos “com fundamentos sólidos”, porque, além do cabedal de conhecimentos/formação dos autores, são referendados 225 materiais escritos entre 1931 e 2011, envolvendo mais de 190 autores pessoais e institucionais que tratam de temáticas que enfocam fundamentalmente a disputa pelo poder e pelo conhecimento na elaboração e recontextualização na prática. Em virtude disso, destaca-se a relevância da ação de todos os atores – dos agentes políticos aos membros de uma determinada comunidade escolar – indispensáveis para uma análise consistente de atuações de políticas educacionais e curriculares.

Neste sentido, a obra *Como as escolas fazem a política: atuação em escolas secundárias* é resultado de uma exploração empírica sobre política em quatro escolas secundárias na Inglaterra entre outubro de 2008 e abril de 2011, desenvolvida a partir de um projeto financiado pelo *Economic and Social Research Council (ESRC)* – Conselho de Pesquisa Econômica e Social – principal agência de pesquisa e formação do Reino Unido

(Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 25). Nesta investigação, os autores buscaram testar e desenvolver os pressupostos sobre a trajetória do desenvolvimento das políticas em diferentes contextos a partir de dois objetivos principais: um *teórico*, com a intenção de desenvolver uma teoria de atuação política; e um *empírico*, voltado para a exploração crítica de atuação de três políticas vivenciadas em contextos semelhantes e, ao mesmo tempo, diferentes das escolas estudadas.

Sendo assim, os autores buscaram aprimorar os fundamentos de análise das políticas desenvolvendo o que chamam de uma *teoria da atuação de política (theory of policy enactment)*, trabalhando na interface da teoria com os dados, de modo a explorar como as escolas colocavam em ação uma política, em vez de aplicá-la. Essa nova perspectiva evidencia uma teoria da atuação de política, sugerindo ampliação das ideias que Ball e colaboradores que defendem o ciclo de políticas (Bowe, Ball, & Gold, 1992). Portanto, objetivamos neste trabalho apresentar a resenha desta obra que vem contribuindo com as pesquisas na área de políticas educacionais e curriculares em diferentes países.

2. A Metodologia

Nesta resenha de natureza descritiva e informativa, a intenção é situar o leitor sobre o conteúdo e o contexto de produção do livro *Como as Escolas Fazem as Políticas: atuação em escolas secundárias*, evidenciando a contribuição dos autores por meio de uma síntese das ideias fundamentais da obra dividida em sete capítulos.

Considerando a leitura como ato de identificação, compreensão, interpretação e síntese criativa do texto lido, aplicamos no desenvolvimento as *Diretrizes para leitura, análise e interpretação de textos* sistematizadas por Severino (2007, p. 49-65). Assim, tendo o livro como unidade de estudo, procedemos, inicialmente, uma leitura panorâmica para nos situarmos sobre a temática e identificarmos os conceitos-chaves empregados pelos autores. O segundo momento demandou a leitura compreensiva de cada capítulo, destacando trechos significativos e representativos da ideia central do livro, e fazendo anotações, uma espécie de fichamento. Esses dois momentos precedentes nos deram suporte para a elaboração da síntese de cada subunidade/capítulo do livro, resultando nesta resenha. A última etapa consistiu nas considerações finais que se caracterizaram também como indicação da obra resenhada.

3. Discussão

O livro resenhado é composto por sete capítulos e concentra-se em contextos do “trabalho com política” nas escolas; professores como sujeitos das políticas; textos de política, artefatos e eventos; políticas de padrões, comportamento e aprendizagem.

No que se refere ao primeiro capítulo – *Fazendo pesquisa sobre atuação de políticas* – os autores na introdução da obra apresentam o projeto da pesquisa, abordam o que fizeram, o que gostariam de ter feito de forma diferente e das limitações. Além disso, expuseram a preocupação e o esclarecimento de que o conhecimento produzido nesta pesquisa não é algo pronto e acabado, pois “não consideramos este texto como fechado ou terminado – este é um conjunto de pontos de partida e aberturas” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 11).

Neste sentido, os autores explicam que o livro não é um simples relatório da pesquisa, mas um trabalho que se destina a relatar “algumas coisas úteis sobre o mundo cotidiano da política nas escolas contemporâneas inglesas” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p.12), evidenciando “como as escolas ‘fazem’ política, especificamente sobre como as políticas tornam-se ‘vivas’ e atuantes (ou não) nas escolas”. Mais adiante, já demarcam que suas posições teóricas, ao explicar que a política está “além da implementação”, configuram-se como um fazer que ultrapassa as tentativas de resolver problemas por meio da produção de textos políticos de análise normativa, em forma de legislações e outras prescrições direcionadas à prática.

Logo, evidenciando que o ciclo de políticas constitui a base de análise das políticas nesta pesquisa, percebe-se que há diferentes contextos para análise da trajetória das políticas, sendo elas: de influência, de produção de texto, da prática, dos resultados (efeitos) e da estratégia política (Ball, 2001, 2002a, 2002b, 2011; Ball, & Mainardes, 2011; Lopes, & Macedo, 2011; Mainardes, 2006). No caso desta investigação, há o destaque para o contexto da prática, contudo, compreende-se que existe um entrelaçamento de todos os contextos do ciclo de políticas.

O que os autores pretendem mostrar é a possibilidade de transformar a política em um processo diverso e sujeito às diferentes interpretações, “conforme é encenado (colocado em cena, em atuação) (ao invés de implementado) de maneiras originais e criativas dentro das instituições e das salas de aulas” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 13). Posto que “é escrita nos corpos e produz posições específicas dos sujeitos” (p. 13), o que implica compreender as políticas como processos criativos e dinâmicos.

Além disso, os autores relatam sobre a falta de reconhecimento em estudos anteriores de diversos pesquisadores, “das diferentes culturas, histórias, tradições e comunidades de prática que coexistem nas escolas” (p. 16). Por isso, quando entram no campo ontológico se questionam: 1) “que tipos de professores são evocados nesses relatos e análises?”; 2) “qual é a relação entre o professor e a política?” (p. 17), e se posicionam:

O que nos referimos como política é mais geralmente o que é mais recente e mais imediato, mas há uma história de outras políticas, outras linguagens e outras subjetividades, um arquivo discursivo em que, pelo menos algumas vezes, os professores podem manifestar-se sobre e contra a política contemporânea. Essas possibilidades parecem estar faltando nas histórias de implementação – o ensino é despolitizado. Na prática, as escolas são constituídas de diferentes tipos, de diferentes gerações, de professores com diferentes disposições em relação ao ensino e à aprendizagem, fixados dentro de diferentes ondas de inovação e de mudança (Ball; Maguire, & Braun, 2016, p. 18).

Em outras palavras, os autores querem dizer que a política pode fazer sentido para as escolas, professores e demais atores sociais, assim como estes também podem e devem fazer sentidos da política e terem sentido para as políticas. Portanto, evidencia-se a concepção de política como texto e como discurso assumida nesta pesquisa e que vem sendo desenvolvida por Ball (2001, 2002a, 2002b; Ball, & Mainardes, 2011; Bowe, Ball, & Gold, 1992) e seus colaboradores. Batista (2017) destaca que essa concepção de política nos possibilita entender que “as políticas são tecidas em diferentes contextos que envolvem diferentes sujeitos, diferentes instituições e práticas sociais” (p. 58). Nessa linha de raciocínio Souza (2012), lembra que “o espaço escolar, como um todo, passa a ser permeado por relações políticas, no sentido de luta intencionada” (p. 58). Isso traz a ideia de que embora implementada em um mesmo contexto - o de determinada comunidade escolar - a política se desenvolve com sentidos e interesses diversos porque feita por atores em funções diferentes e, portanto, também com intenções e significações muitas vezes divergentes.

É nessa perspectiva que no item *E a Atuação das Políticas?*, ainda neste primeiro capítulo, os autores situam o leitor quanto aos aspectos empíricos da pesquisa, apresentando uma síntese teórica inicial de como compreendem o conceito de *policy enactment* – traduzido como atuação da política – e como o trabalharam no desenvolvimento de uma teoria sobre a trajetória da política (*theory of policy enactment*), na interface da teoria com os dados. Eles deixam claro que a exploração das “maneiras pelas quais diferentes tipos de política tornam-se interpretadas, traduzidas, reconstruídas e refeitas em diferentes, mas semelhantes configurações” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 18) tomam como base os dados por eles

colhidos. Isto é, ressaltam a contraposição à prática de implementação “de cima para baixo” ou “de baixo para cima”, por conceberem “a atuação de políticas como um aspecto dinâmico e não linear de todo o complexo que compõe o processo da política, do qual a política na escola é apenas uma parte” (p. 18-19), por entenderem que

Políticas “começam” em pontos diferentes e têm diferentes trajetórias e expectativas de vida; algumas são obrigatórias, outras fortemente recomendadas ou sugeridas (Wallace, 1991). Algumas políticas são formuladas “acima” e outras são produzidas nas escolas ou pelas autoridades locais, ou simplesmente tornam-se abordagens da “moda” na prática sem um início claro (2016, p. 19).

É também neste capítulo que os autores apresentam as questões que orientaram a pesquisa, as quais estão relacionadas ao objetivo empírico do estudo:

Como indivíduos e grupos de atores diferentes interpretam e atuam a política em contextos específicos de múltiplas demandas de políticas, dados os recursos disponíveis para eles?

Como e de que maneira fatores socioculturais, históricos e contextuais afetam as maneiras pelas quais as escolas atuam nas políticas?

E Assim,

Como diferenças entre escolas podem ser explicadas na atuação das políticas? (2016, p. 25).

As respostas são produzidas a partir de dados gerados por meio de observações nas escolas – cerca de dois anos e meio – entrevistas, participação em reuniões e informações coletadas junto aos sistemas administrativos escolares em variados documentos, utilizando para a análise uma gama de recursos teóricos, que apesar de diversos não são adversos, mas complementam-se. E lembram que os trabalhos das escolas e professores têm sido mais prescritos pelo Governo Federal através de tecnologias políticas – gestão, mercado e performatividade – que orientam a prática para se alcançar a busca pela melhoria dos resultados educacionais.

Os autores fecham este capítulo falando que estavam conscientes do envolvimento em um processo interativo de interrogação e permanente interpretação de interpretações; com a sensação de terem conseguido algo útil, mas com o sentimento de que poderiam ter suscitado outros dados, realizado mais codificação e decodificação dos dados, abordados outros temas e questões, que por falta de espaço não foram explorados, além de que outras formas de análise e recursos de interpretação poderiam ter sido utilizados (Ball, Maguire, & Braun, 2016).

No segundo capítulo – *Levando o Contexto a Sério* – os autores alertam para o fato de que as dimensões contextuais são importantes na atuação da política educacional, o que é

óbvio tanto no governo quanto nos círculos acadêmicos, porém “o fato de que as políticas são intimamente moldadas e influenciadas por fatores específicos da escola tende a ser negligenciado nas múltiplas elaborações de políticas e pesquisas” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 35). Assim, esclarecem os autores: “Ao delinear uma teoria de atuação da política, queremos levar esses fatores a sério” (idem), decorrendo desta particularidade de pesquisa a articulação de conceitos teóricos que permitem compreender o contexto de produção, encenação e tradução das políticas nas instituições escolares.

É nessa perspectiva que os autores oferecem uma tipologia derivada da articulação de perspectiva pós-estruturalista com a teoria do discurso na análise de dados “que confronta e mapeia sistematicamente diferentes aspectos do contexto” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 35), que tratam como dimensões contextuais da atuação política: contextos situados, culturas profissionais, contextos materiais e contextos externos. No entanto, lembram que tais contextos podem sobrepor-se ou inter-relacionarem-se no processo de gestão da política, não havendo centralidade de um único contexto neste processo.

Segundo Latour (2005), no que diz respeito à materialidade da política, tem-se que as “Escolas encenam políticas em circunstâncias nem sempre de sua própria escolha; políticas, literalmente, percorrem diferentes espaços como as escadas estreitas de Atwood. Contextos, quando não são evocados em análises de políticas, [...] com frequência permanecem ‘muito abstrato, enquanto eles não situarem, mobilizarem, perceberem ou encarnarem algum tipo de interação local e vivida” (conforme citado por Ball, Maguire, & Braun, 2016, p . 64). Portanto, o que tentam mostrar é a necessidade de introduzir na elaboração de políticas a realidade das escolas, com seus contextos situados e materiais, suas culturas e desafios profissionais específicos, suas percepções e apoios diferentes.

A partir disso, os autores desafiam pesquisadores a incorporarem em suas análises da política essas multidimensões contextuais como pontos essenciais, visto que muitas vezes deixam de ser considerados e abordados, mascarando a efetividade dimensional do contexto. Isto porque, no entendimento deles, embora os contextos pareçam, em princípio, similares, são únicos em cada escola.

No terceiro capítulo – *Fazendo Atuação: pessoas, significados e trabalho com políticas* – os autores trazem à baila a hermenêutica da política, dando ênfase ao viés interpretativo ou problema do significado, ao problema do significado de tradução das políticas realizadas pelos diversos atores no processo de colocá-las em ação, chamando a atenção do leitor para o destaque do papel discursivo frente ao interpretativo. Logo,

consideram que é a interpretação que vai decodificar a política, levando em consideração a interação das demandas da escola com as necessidades políticas apresentadas.

Conceitualizam as atuações de políticas em relação a três aspectos constitutivos da realidade da escola: materiais, interpretativos e discursivos. Para os autores, “Nenhum desses aspectos é, por si só, suficiente como uma descrição da política e das práticas: todos os três são necessários” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 67), de modo que “Cada um abre possibilidades e introduz limites à possibilidade na conceptualização do processo da política” (idem). Assim, o relato de como a política e a prática são desenvolvidas na escola exige, além destes três aspectos, recursos teóricos relevantes em cada caso. Depreende-se disso que a leitura da política deve ser feita com o intento de se atribuir um sentido para o contexto local, para sua história e necessidades dos atores envolvidos, o que não significa que outros contextos sejam desprezados, mas incorporados e interpretados, e reinterpretados.

No item *Interpretação e Tradução*, para esclarecer a questão interpretativa de um fazer sentido da política, os autores levantam algumas questões como: o que este texto significa para nós? O que nós temos de fazer? Nós temos de fazer alguma coisa? Assim, a interpretação se configura como “um processo político institucional, uma estratégia, uma “cadeia de gênero”, um processo de explicação, esclarecimento e criação de uma agenda institucional” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 69).

Enquanto a interpretação tem relação de compromisso com as linguagens da política, a tradução está diretamente relacionada à linguagem da prática, de como colocar os textos políticos em ação a partir da experiência e vivência dos diferentes sujeitos. Como dizem os autores, a tradução “É um processo interativo de fazer textos institucionais e colocar esses textos em ação, literalmente ‘atuar’ sobre a política usando táticas que incluem conversas, reuniões, planos...” (p. 69). Como se pode observar, a tradução se configura na tática de efetivação da política a partir de sua interpretação, do que se depreende que a tradução da política é realizada com a intenção de se criar textos institucionais e colocá-los em ação.

Ainda neste capítulo, além de nominar as funções dos atores (narradores, empreendedores, pessoas externas, negociantes, entusiastas, tradutores, críticos e receptores), tem-se alusão à dinâmica de ocupação de lugares dos atores na escola, os quais se revezam em posições diversas na atuação da política. São essas categorias em movimento que dão direção a tomadas de decisão, dão significado e constroem respostas à política por meio de processos de interpretação e de tradução de artefatos políticos.

Essa variedade de posições e papéis, que ocorre em decorrência e em resposta a múltiplas demandas políticas, proporciona também a existência de uma variação de

interpretação e tradução por parte dos atores ao assumirem diferentes funções em momentos distintos e combinarem diferentes aspectos do trabalho de política em suas interações com os demais, caracterizando um movimento, envolvendo tempo, locais e atores em combinações e interações que dão significado próprio ao trabalho da política. É essa a tônica final dos autores neste capítulo.

Em *Sujeitos da política: criatividade restrita e tecnologias de avaliação nas escolas*, quarto capítulo, os autores apresentam como foco substancial a questão da política de padrões, trazendo à tona as ideias de Foucault na obra *Vigiar e Punir*, para tratar sobre algumas maneiras de como as políticas são transformadas em práticas com a utilização de técnicas, procedimentos e artefatos que também lidam com as “*relações de forças*”. Posto que os professores “são os encenadores de técnicas, que se destinam a tornar os alunos visíveis e produtivos” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 105), tornando assim – os professores – vigilantes prontos para punirem, se necessário, ou para serem punidos. Dessa forma, o professor se torna também ator, objeto e sujeito a serviço da máquina da política.

Por isso, os autores exploram e descrevem com detalhes as quatro escolas estudadas e como elas colocam em ação políticas nacionais de resultados, de forma que seus alunos obtenham índices mínimos em Inglês e Matemática. Também expõem conflitos e tensões vivenciadas pelos professores entre as demandas das políticas de desempenho, os valores defendidos por eles e o que consideram ser importante para os alunos. Por conseguinte, concluíram que, “Com algumas exceções, a ênfase das intervenções está em uma *criatividade muito limitada*” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 122). Isto é, tais intervenções “envolvem uma *inventividade previsível* e quase sempre se concentram em ‘ensino estratégico’ e ‘aprendizagem estratégica’ com pouco esforço para uma ‘aprendizagem profunda’ (loc. cit.), já que a ênfase nas formas de ensino e aprendizagem se voltam para a aprovação de exames, conhecimento de curto prazo e ‘aprendizagem de superfície’, caracterizando um processo de informação em detrimento da compreensão.

Neste sentido, encerram o capítulo tratando das formas de como a lógica do desempenho entra e envolve as políticas nas escolas, determina prioridades, interfere nas interações entre professores e seus alunos, e afeta o próprio modo de pensar dos professores sobre si mesmos e sobre seu trabalho. É uma lógica criativa e sofisticada, mas definida para a conformidade, com imperativos de desempenho e de competição.

O *comportamento* é o foco do quinto capítulo - *Sujeitos da Política: fazendo política de comportamento nas escolas*. O comportamento é objeto de políticas de governos, de elaboradores de políticas, de objetivos de pesquisas, da gestão escolar ao ambiente das salas

de aulas, pois, conforme dizem os autores, “mais do que em muitas áreas da política, a política do comportamento é, portanto, um local onde os conflitos profissionais e as diferentes abordagens para a ‘tomada de sentido’ podem vir à tona” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 141), o que se tornou solo rico para as investigações dos pesquisadores do estudo sob resenha no campo das atuações políticas. Sendo assim, citando os principais profissionais que fazem o comportamento nas escolas onde desenvolveram o estudo, os autores apontam o gestor, os professores, os assistentes de ensino, os assistentes de apoio à aprendizagem, mentores de aprendizagem, oficiais de comportamento e assiduidade etc. (p. 141).

Os autores colocam a política de comportamento como arena chave, do mesmo modo que avaliações e padrões. Ao focalizar os padrões de maneira que, na atuação também existem modas e estilos distintos de gestão, técnicas, tecnologias e procedimentos, são disseminados nas e pelas escolas. Isso tem feito com que governos, instituições, professores e pais se preocupem e levem a sério também essa atuação da política.

Neste capítulo os autores examinam três aspectos da política de comportamento: como discurso, como conflito e como regimes prescritivos. Na primeira categoria enfocam os discursos do governo e da escola sobre o termo “comportamento” como recorrente, chegando a ser mencionado 1.098 vezes em 95 entrevistas, das realizadas pelos autores no âmbito do projeto que deu origem a este livro, mostrando a visibilidade que este termo juntamente a disciplina tem na “arena política” educacional, embora, muitas vezes, sejam discursos vazios ou esvaziadores de significado, com interpretações e traduções diversas e sem muito nexo e efetividade.

A segunda análise recai sobre o conflito do sentido do termo “comportamento” como compreendido dentro das escolas sob diversas interpretações e traduções filosóficas e pedagógicas, além de o conjunto de práticas institucionais encenadas por atores internos e externos com suas diferentes filosofias de mundo e motivações diversas. Na análise dos regimes prescritivos, os autores se referem à prática desenvolvida em algumas das escolas pesquisadas, baseada em resumos de “discursos reguladores” de normas e o respectivo policiamento do cumprimento das mesmas, a exemplo do monitoramento do uso de uniformes, nos quais eram observados aspectos padronizados como o uso de gravata, comprimento do nó da gravata e outros como o uso de brincos e estilos de cabelos, dando aos pais e à comunidade sinais de táticas contundentes de que a escola está no controle com o seu ordenamento e séria no cumprimento da disciplina.

Isso parece responder ao questionamento dos autores de o porquê discursos disciplinares estão em circulação, como também a forma que assumem na atuação da política

de comportamento em muitas escolas. Ao colocarem a política em prática, os atores em seus diversos papéis e funções desenvolvem construções em colaboração, o que as tornam sem muita lógica, desordenadas, fragmentadas e, portanto, obscuras e falhas. Tais construções vão se reproduzindo dentro dessa mesma lógica política e se perpetuando.

Sendo assim, os autores concluíram que nas quatro escolas observadas, especialmente em relação à política de comportamento que “parecia estar inacabada, ou em vias de ser alterada” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 168), diferentemente da avaliação e do desempenho, o “comportamento” se configura como local de política mediado por tempo, pelo lugar e por diversos autores portadores de diferentes formações profissionais, com crenças valores e táticas práticas múltiplas e diferenciadas.

No capítulo 6 – *Artefatos da política: discursos, representações e traduções* – os autores trazem uma abordagem complementar ao que foi apresentado nos capítulos anteriores, destacando os artefatos da política. Logo, nos capítulos precedentes, as atuações políticas foram tratadas como conjunto de práticas “incorporadas”, ligadas aos diferentes tipos de grupos de atores de políticas, em que se mostraram maneiras pelas quais as atuações são levadas por meio desse conjunto de tecnologias de que se servem alguns dos discursos dominantes das escolas inglesas: padrões, avaliação e disciplina, ou seja, dimensões de atuações que trabalham em conjunto para reconstituir a escola, os professores e os alunos.

Os autores apresentam para o leitor o que denominam de “microtecnologias e as representações que servem como elaboradores de significados e controles de significados no mundo social-material da escola” (Ball, Maguire, & Braun, p. 172). Lembram que “Políticas tornam-se representadas e traduzidas por meio de diferentes conjuntos de artefatos, experiências, recursos materiais e atividades durante o serviço” (p. 172), explicitando que “Essas são as microtecnologias e representações”. Além disso, se concentram em algumas das maneiras pelas quais as quatro escolas estudadas produzem e se constituem de práticas discursivas, eventos e textos que contribuem para o processo de atuação de políticas em seu fazer na escola. Portanto, são discursos e estratégias discursivas que ordenam e atuam como entendimentos compartilhados para direcionar as ações dos participantes em circunstâncias particulares.

Por conseguinte, artefatos que se configuram na manipulação de sinais, significantes e símbolos de políticas e se efetivam na produção de artefatos culturais são os – manuais, *websites*, boletins de informações para os pais, diários de estudantes e planejamentos de professores, ademais, atividades como o dia do prêmio, o dia da visita, educação em serviço, reuniões com equipes, reuniões sindicais e eventos similares, dizem os autores (p. 172-173).

Além de nomear e descrever alguns desses artefatos: discursos e estratégias discursivas, questões de metodologia - e método, produções discursivas do “bom aluno”, produções discursivas da “boa escola” e produções discursivas do “bom professor”.

Desta maneira, encerram o capítulo abordando o papel do artefato na política em atuação, ou seja, este personifica alunos e professores envolvendo-os, fazendo-os acreditar numa complexa teia de discursos de políticas que os incitam a fazer a boa escola, ser o bom professor e desempenhar o bom aluno, sem perceberem que são discursos excludentes e seletivos. Assim, os autores no final deste capítulo esclarecem que, “Outras versões da boa escola tornam-se impensáveis ou factíveis e são expedidas para o ‘campo da memória’” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 188-189). Embora as preocupações com a felicidade dos alunos ou com o bem-estar dos professores possam existir na retórica da escolaridade, tornam-se subordinados à produção de ordem e à produtividade. Já no contexto das práticas discursivas de escolaridade contemporânea e política educacional, os autores citam Scott (2010) para mostrarem que professores e alunos são convidados a “[...] não só se submeter a regimes disciplinares, mas também a participar de sua produção e administração, por meio de técnicas de vigilância mútua; suas motivações são moldadas por discursos sedutores e reforçadas pelas culturas internalizadas (SCOTT, 2010, p. 227)”, (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 189).

No capítulo final – *Em Direção a Uma Teoria de Atuação: o valor da hesitação e interrogação mais próximas de enunciados da sabedoria popular* – já no parágrafo introdutório, os autores referem-se a um conjunto de respostas à questão teórica e empírica de como as escolas fazem políticas, lembrando que, apesar de haver sempre um planejamento, as alterações são inevitáveis diante da abertura de diferentes vias e do fechamento de outras, tornando o trabalho com pesquisa um pouco inquietante, principalmente no caso da pesquisa qualitativa indutiva, com a qual se comprometeram e se basearam.

Lembram que “Escrever é parte do processo de análise – definir códigos, explicar as suas dimensões, aplicar conceitos e desenvolver memorandos interpretativos” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 191). Conforme os autores, nesse processo desafiador e inquietante que é o da pesquisa, é fundamental saber tomar decisões sobre o que se vai incluir, excluir, que abordagem assumir e como construir os capítulos, colocando de lado algumas ideias e assumindo outras, conforme a real importância. Então, levando em consideração essas particularidades esclarecem: “tudo isso é maior do que a soma das partes, que se encaixa, que é um inteiro plausível e que merece ser levado a sério” (*idem*).

Ao falar das possibilidades teóricas que exploraram em relação aos seus dados da pesquisa e que os “ajudaram a desempacotar ‘o como e o que’ da atuação política” (Ball,

Maguire, & Braun, 2016, p. 191), têm-se autores como Foucault, que os provocou a pensar diferente sobre o trabalho da política, e Tardif, que ampliou a perspectiva para analisar o que estava diante dos olhos, o que requer pensar e pensar sobre o pensar em diferentes possibilidades teóricas.

Como pontos de foco na interação entre teoria e empiria, os autores destacam a importância das práticas, as formas rotineiras e banais de atuação das políticas (reuniões, eventos, intercâmbios) e a utilização de artefatos de vários tipos (cartazes, organizadores, textos e materiais), tanto para a realização quanto para a representação da política em relação à prática (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 192). Assim, baseados em Foucault, percebem a política como desdobramento feito por meio de um “complexo microfísico”, em que os professores elaboram sentidos, mas também são influenciados pelos discursos presentes nos diversos artefatos e tecnologias educacionais presentes nas escolas, o que evidencia um processo criativo, descentralizado e cambiante das políticas.

Os autores criticam o foco da política educacional desfocada do aprender e compreender, voltada para o exame e para a entrega [*delivery*] do aluno pronto para servir o mercado numa política de tal forma articulada que se torna difícil para os professores e gestores, resistirem a essas tecnologias e artefatos utilizados (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 194).

Defendem que, para além da padronização, avaliação e disciplina no processo de aprendizagem, estão a aprendizagem, o currículo e o comportamento com conjunto de discursos “mestres” que definem escolaridade. É nesse conjunto que está a possibilidade de transformação da escola, do professor, do aluno e das demais entidades significativas e reconhecíveis da atuação política. É nessa perspectiva que falam em (re) configurações e entendem política como “relações de poder, práticas e subjetividades que articulam formas de aprendizagens e formas de comportamento; isto é, posições específicas de agência e identidade em relação às formas particulares de conhecimento e prática” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 195).

Sobre *a síntese da atuação*, os autores, ao mesmo tempo que discutem a questão de como as escolas fazem políticas, também problematizam essa questão lembrando que não existe receita, que a atuação da política é um processo complexo e não simples/racional. Por isso, ilustram isso na seguinte citação que fazem de Mussella: “Não é fácil (e, às vezes, impossível) identificar quais práticas de implementação levarão aos resultados desejados e que os resultados não intencionais, indesejados irão surgir” (1989, p. 100), (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 197).

Neste último capítulo, os autores tratam de questões práticas, pragmáticas e de conotações ontológicas, reunindo respostas à questão teórica e empírica de como as escolas fazem políticas, reforçando a não intenção de produção e apresentação sobre como fazem política, mas de falar de uma teoria de atuação (*theory of policy enactment*) que se aproxime de enunciados da sabedoria popular como possibilidade teórico e metodológica. A partir desta teoria, tentam mostrar que as políticas não são meramente “implementadas”, mas colocadas em ação com diversas adaptações em contextos diferentes. Em outras palavras, as políticas são interpretadas e traduzidas de formas diversas, de acordo com dimensões contextuais variadas, sendo que isto é possível em razão da existência de um certo grau de autonomia no contexto escolar.

Os autores, emprestando o pensamento de Foucault, objetivam “revelar um conjunto bem determinado de formações discursivas que tem um número de relações descritíveis entre elas” (Ball, Maguire, & Braun, 2016, p. 197). Com isto enfatizam a impossibilidade de produzir ou mesmo continuar com um modelo linear de práticas de atuação feita pelos professores e para os professores como atores e sujeitos, sujeitos e objetos da política. Ao mesmo tempo, são eles (professores) que desenvolvem a “política da atuação” para além da sua suposta “implementação”, sendo inscrita nos corpos. Portanto, produzindo posições específicas dos sujeitos, a política deixa de ser uma ordenação e passa a ser uma atuação prática. É isso que explica o conceito de atuação assumido pelos autores em que as políticas são transformadas em ação por meio de processos de interpretação e tradução.

Por fim, finalizam o capítulo lembrando que as escolas, para além dos seus desenhos estruturais, são também feitas de valores, princípios e desejos competitivos e conflitantes. Assim, ainda que haja imperativos de “implementação” de políticas, existem também espaços alternativos para pensar de forma diferente e isso não pode ser ignorado. Isto significa que, para além de artefatos de políticas reguladoras, há nas escolas atores (gestores, professores, alunos, comunidades, etc.) que precisam e devem se mostrar capazes de desenvolver políticas múltiplas, bem elaboradas, competitivas e abertas, ou seja, de interpretar e traduzir políticas como forma de atuar em políticas.

4. Considerações Finais

Para finalizar de forma indicativa reticente esta resenha, concluímos que o livro expõe equívocos e traz contribuições importantes para pesquisadores, governos, elaboradores de políticas, gestores educacionais, pedagogos, planejadores, professores, estudantes e outros

atores sociais. Neste contexto, os autores relacionam sujeitos e seus respectivos papéis na atuação da política, apresentam tecnologias, ferramentas e artefatos que desvirtuam o contexto real da política nas escolas, mas que também podem ser usadas para transformar essas realidades, desde que não sejam simplesmente implementadas, mas interpretadas e traduzidas.

No último capítulo os autores levam o leitor para uma caminhada em direção a uma teoria da atuação política (*theory of policy enactment*) capaz de aproximar a atuação em política da realidade social pela via da interpretação e da tradução. A intenção é oferecer aporte teórico para pensar a prática, ferramentas para analisar, compreender e estimular a motivação para o envolvimento criativo de todos os atores, potencializando atuações políticas de forma crítica que resultem em práticas de formas éticas e justas. Não é uma receita, como livro nenhum deve ser, mas é uma fonte rica a quem queira se encaminhar para a heurística científica da atuação política em escolas.

Para encerrar, afirmamos que a tônica do livro em resenha procura mostrar o tempo todo que o “fazer política nas escolas” precisa seguir uma lógica parecida com a do fenômeno do sol, que, embora, sendo o mesmo todos os dias não se apresenta da mesma forma em todos os lugares. Um mesmo sol nasce por trás de montanhas, em amplidões planas, entre selvas verdejantes, na aridez de desertos e em tantos outros contextos, sem deixar de ser o mesmo sol e atender as necessidades de cada lugar com as suas particularidades, possibilidades e limitações. No seu movimento serve a todos, não da mesma forma, porém, de tal modo que cada um possa recebê-lo e desfrutar igualmente dos seus benefícios, visto que se põe para todos, cumprindo um mesmo percurso em horários distintos, sem diferenciar ninguém, respeitando as diferenças existentes na órbita terrestre, onde cada cultura está localizada e abriga os mais diversos atores.

Em suma, este livro é indicado para professores da educação básica, formuladores de políticas, acadêmicos e pesquisadores que trabalham na área das políticas, posto que apresenta caminhos e possibilidades para análises das políticas educacionais em diferentes contextos.

Referências

Ball, S. (2001). Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em Educação. *Currículo sem Fronteiras*, 1(2), 99-116.

Ball, S. (2002a). Textos, discursos y trayectorias de la política: la teoría estratégica. *Páginas*. Año 2(2y 3).

Ball, S. (2002b). Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. *Revista Portuguesa de Educação*. 15(2), 03-23.

Ball, S., Mainardes, J. (2011). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez.

Ball, S., Maguire, M., Braun, A. (2016). *Como as Escolas Fazem Políticas: atuação em escolas secundárias*. (23a ed.), Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG.

Bowe, R., Ball, S. J., Gold, A. (1992). *Reforming education e changing school: case studies in policy sociology*. London; New York: Routlrgde.

Batista, E. R. M. (2017). *Educação em Ciências Naturais no currículo dos cursos de Pedagogia de Universidades Públicas*. (Tese Doutorado em Educação em Ciências e Matemática). Universidade Federal do Mato Grosso. Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM), Cuiabá/MT.

Lopes, A. C., Macedo, E. (2011). *Teorias do currículo*. São Paulo: Cortez.

Mainardes, J. (2006). Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, 27(94).

Severino, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico* (2007). (23a ed.), rev. e atual. – São Paulo: Cortez.

Souza, E. B. de. *Educação para a mediocridade e alguns antídotos* (2012). São Paulo: Scortecci.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Elias Bezerra de Souza – 50%

Eliane Regina Martins Batista – 50%